

RESGATE DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS GOIANOS: UMA PROPOSTA DE AÇÃO

Eloiza Rocha Pereira

Diretora da Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de Brasília. Mestranda em Biblioteconomia e Documentação na Universidade de Brasília - UNB. Gerente de Arquivo do Conselho da Justiça Federal.

I- Histórico das Fontes de Pesquisa Histórica

A história pode ser escrita a partir de fontes e registros orais, livros, jornais, restos arqueológicos e museológicos em geral. Mas as fontes mais ricas ainda são os documentos de arquivo, sejam eles de organizações públicas, privadas, religiosas, culturais ou de pessoas físicas.

Há mais de cem anos surge para a Europa a História Científica, privilegiando o estudo e análise das fontes documentais, conseqüentemente os Arquivos.

A Revolução Francesa cria o primeiro Arquivo Histórico Nacional, sob os ideais da cidadania e acesso à informação.

A segunda Guerra Mundial e o avanço da tecnologia trouxeram uma explosão documental, valorizando as profissões de Bibliotecário, Arquivista e Museólogo. A rapidez na transmissão da informação torna-se fundamental. Por outro lado o nacionalismo da época revigora o valor da história das nações e do patrimônio histórico.

No Brasil do século XIX a História era elaborada nos Institutos Históricos e Geográficos e guardada no Arquivo Nacional, criado em 1838. Os cursos universitários da História iniciaram-se entre 1930/40.

Entre 1940/50 surgem os cursos universitários de Biblioteconomia e só na década de 70 são criados os de Arquivologia.

II- Avanços Recentes da Arquivologia.

A Arquivologia no Brasil neste século pode ser dividida em em duas fases. A primeira, mais centrada na conscientização sobre o valor dos documentos e dos arquivos em nível de governo e sociedade civil. Esta fase abrange o período entre 1955--80.

A segunda fase, iniciada em 1981, vai até 1990 e apresenta ações mais práticas no sentido de criar uma infraestrutura para o funcionamento efetivo das instituições arquivísticas.

Consideramos que a partir dos anos 90, já com uma infraestrutura mínima, a área de arquivos deverá realizar investimentos na produção de pesquisas científicas visando gerar metodologia, teoria e publicações.

A seguir faremos um breve relato da história da arquivologia no país no século XX.

O historiador José Horiório Rodrigues dirigiu o Arquivo Nacional entre as décadas de 1950/60, onde procurou trazer para o Brasil as técnicas modernas norte-americanas e européias, através de visitas de especialistas estrangeiros e traduções de livros técnicos.

Os anos setenta trouxeram a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, responsável pela divulgação da profissão e união dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros teve um papel fundamental na promulgação da legislação arquivística nacional, na regulamentação da profissão, na criação dos cursos universitários no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, na aprovação do artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e na recente lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de Arquivos Públicos e Privados.

O Arquivo Nacional voltou a ter um papel de destaque nos anos 80, sob a gestão da socióloga Celina Moreira Franco, que procedeu à modernização do órgão. Transferiu os documentos para o prédio da ex-casa da moeda, adaptando-o segundo as normas de preservação documental, além de investir no treinamento dos funcionários no país e no exterior, produzindo publicações técnicas.

Exerceu também um papel importante de apoio técnico aos Arquivos Públicos Estaduais, procurando auxiliá-los com treinamento de pessoal, elaboração de legislação, divulgação de técnicas modernas, etc.

Hoje, os Arquivos Públicos caminham sozinhos, através da criação do Fórum de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais e da Associação Brasileira dos Arquivos Municipais.

III Os Arquivos em Goiás

É uma das piores situações do país. O Arquivo Estadual não participa dos Congressos e Fóruns, não aplica as técnicas adequadas e não divulgava seus trabalhos. Não orienta nem fornece assistência técnica aos Arquivos da Administração Pública Estadual, tampouco aos Arquivos Municipais.

Deveria haver um núcleo da Associação dos Arquivistas e um curso universitário em Goiânia que reunissem as pessoas interessadas nesta área e apoiasse as ações governamentais.

Em nível municipal, existe um levantamento realizado pelo Arquivo Nacional em todo o país, denominado Guia de Fontes para a História do Negro e da Escravidão, que com o apoio do Arquivo Público do Distrito Federal visitou alguns municípios goianos com mais

de cem anos. Em alguns deles desapareceram os Arquivos da Prefeitura e os da Câmara de Vereadores. É uma situação calamitosa para a História Estadual.

Para reverter esse panorama, não vemos outra forma que não uma ação política partindo do governo estadual e com o apoio da comunidade intelectual e acadêmica.

Por ação política, não queremos dizer marketing, propaganda ou conscientização. Queremos falar de investimentos financeiros, estantes, caixas, pastas, locais apropriados, funcionários. O básico necessário para a existência do arquivo com suas atividades de restauração, fotografia, xerox, ar condicionado, microfilmagem, computador, disco ótico, etc.

IV - Resgate dos Arquivos Municipais

Durante o curso de Especialização em Arquivos Públicos em Córdoba/Argentina, contactamos com a diretora do Arquivo Estadual de Puebla/México, colocando-nos a par de um projeto que criou e organizou os Arquivos de 300 municípios em 23 dias.

Esta epopéia foi possível graças ao apoio dos governos federal, estadual e municipal, em conjunto com a população dos municípios.

O Governo Federal cedeu as estantes e caixas-arquivo, o Estadual, os ônibus e a hospedagem dos coordenadores e o município cedeu uma sala e um funcionário para o arquivo.

Os coordenadores eram funcionários dos Arquivos Nacional e Estadual que treinaram voluntários: estudantes universitários de diversas áreas ligadas à cultura.

A população de cada município participou das mais variadas

formas: limpando os documentos, carregando pacotes, identificando o conteúdo e a data dos documentos, restaurando papéis e algumas outras tarefas de acordo com o nível cultural de cada uma.

A execução deste projeto prova que é possível recuperar o que ainda resta dos registros documentais ainda existentes nos municípios goianos.

Na preservação dos arquivos, o tempo é um inimigo voraz que elimina e destrói através dos agentes químicos, físicos e biológicos.

Cabem à comunidade intelectual e autoridades da área cultural tomarem iniciativa para salvar este inestimável patrimônio goiano.